

Requerimento de Apelo nº. <u>16.007</u>/2021. (Do Deputado Raniery Paulino)

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 117, XIX do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja encaminhada manifestação de apelo aos Senadores da Paraíba para que envidem esforços visando reconhecer a pessoa com Ceratocone não reabilitada como deficiência visual, possibilitando tratamento e acompanhamento clínico pelo Estado; campanhas inclusivas e informativas; participação em certames públicos, dentre outros direitos.

JUSTIFICAÇÃO

O PL 1089/2019, de nossa autoria, tramitou nesta Casa Legislativa com o objetivo de classificar a pessoa com ceratocone não reabilitada como deficiente visual, mas infelizmente foi rejeitado. A nossa ideia partiu de demandas recebidas de pessoas que necessitam de tratamento e acompanhamento clínico pelo Estado, mas sofrem pela falta da garantia do direito tendo que se socorrer, irremediavelmente, a Justiça.

No Senado Federal essa matéria está em consulta pública e tramitando na CDH sem, contudo, prosperar. A ceratocone é uma doença ocular degenerativa, rara, de caráter hereditário, que faz com que a córnea vá perdendo o formato esférico e formando um cone. Ela se manifesta entre 10 e 25 anos e atinge cerca de 150 mil pessoas por ano no Brasil.

Portanto, reconhecer a pessoa com ceratocone não reabilitada como deficiência visual irá possibilitar a aquisição de direitos, sobretudo o tratamento médico devido.

Registre-se que a ceratocone não tem cura e não é reversível. Se os danos na córnea existem, não podem ser desfeitos, entretanto com o uso do Anel de Ferrara ou de lentes rígidas a progressão acelerada da doença é contida. Todavia, há muitos casos não reabilitados.

Desse modo, apresentamos este instrumento legislativo para que a Bancada de Senadores da Paraíba adote as medidas cabíveis à espécie.

Assembleia Legislativa da Paraíba, em 5 de junho de 2021.

Raniery Paulino Deputado Estadual